

Proposta de Plano Estratégico 2012

1 - Prioridades de Direitos Humanos

1.1. Prioridades de Direitos Humanos e campanhas a nível internacional

O ano de 2011 foi caracterizado pelos levantamentos populares no Médio Oriente e no Norte de África que levaram a uma mudança do cenário sociopolítico em alguns países desta região, nomeadamente Tunísia, Egito e Líbia. Tendo em consideração a importância de acompanhar estes processos de transformação, a Amnistia Internacional definiu como primeira prioridade global no GPS2 (*Global Priority Statement 2*) a crise e transição no Médio Oriente e Norte de África. A AI vai continuar a focar-se nos países em crise, a nível da monitorização, documentação e denúncia de violações de direitos humanos, mobilização internacional para obter justiça e responsabilização, solidariedade com as vítimas da opressão e dos que exigem a mudança. A AI ajudará também nos processos de transição, reforma e desenvolvimento institucional dos estados que emergem da crise e de longos anos de repressão. Através da investigação, proximidade com os parceiros locais, lóbi internacional e campanhas, trabalharemos para apoiar os atores locais a nível das reformas legais e institucionais e a nível da criação de condições nas quais a participação política das mulheres esteja assegurada, e sejam protegidos os direitos das mulheres, e de minorias étnicas e religiosas.

A segunda prioridade global será o Tratado sobre o Comércio de Armas. Em Julho de 2012 as Nações Unidas irão adotar um texto para este tratado. A Amnistia Internacional deverá realizar ações antes para chamar a atenção para a reunião de Julho, na qual será decidido o texto final do Tratado, e estar atenta, a partir de Fevereiro de 2012, às provisões propostas pelos países que não estão interessados neste tratado (China, Rússia, EAU e outros). Depois da aprovação do texto, a AI deverá iniciar ações para convencer os países a assinar e ratificar o tratado.

A terceira prioridade será os desalojamentos forçados. A AI deverá assegurar que os governos alvo adotem legislação nacional que proíba os desalojamentos forçados, com base nos Princípios Básicos e Orientações das Nações Unidas para os Desalojamentos e Deslocações com Base no Desenvolvimento. Deverá também denunciar a preparação de desalojamentos forçados através de ações e da Rede de Resposta Rápida aos Desalojamentos Forçados.

Existem cinco *portfolios* de campanhas a nível internacional, nomeadamente “Exija Dignidade”, “Segurança e Direitos Humanos”, “Justiça Internacional”, “Acção Global para a Abolição da Pena de Morte”, “Proteção das Pessoas em Movimento”.

Na campanha “Exija Dignidade” continuar-se-á o lóbi, advocacia e Acção para a assinatura e ratificação do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PFPIDESC), para a defesa e respeito dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, para a responsabilização empresarial e para o impedimento de desalojamentos forçados.

Na campanha “Segurança com Direitos Humanos”, o foco estará nas detenções ilegais e na responsabilização pelas violações de direitos humanos das vítimas de terrorismo e de crimes perpetrados por outros grupos armados.

Na campanha “Justiça Internacional”, iremos centrar-nos no 10º aniversário do Tribunal Penal Internacional (TPI) para pedir que mais países assinem e ratifiquem o Tratado de Roma, pressionando-se o Conselho de Segurança a exigir que a justiça internacional seja uma realidade. O trabalho será no sentido de se responsabilizar os perpetradores de crimes de guerra e contra humanidade e de se tentar alcançar uma realidade na qual prevaleça a jurisdição universal. A Amnistia Internacional continuará a pedir a proteção dos direitos das vítimas, especialmente a nível da violência de género (pedindo responsabilização dos perpetradores, mas também reparações), e dos desaparecimentos (pedindo o direito à verdade, justiça e reparações para as famílias dos desaparecidos e a assinatura e ratificação universal da Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados)

Na campanha “Acção Global para a Abolição da Pena de Morte”, continuar-se-á a monitorização e denúncia dos casos de indivíduos em risco e será feita pressão sobre os governos retencionistas para aderirem a padrões internacionais que restrinjam e reduzam o uso da pena de morte. A

Amnistia Internacional contribuirá também para se aumentar o apoio às resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas para a moratória sobre execuções com o objetivo de abolir a pena de morte, especialmente tendo em conta que no final de 2012 será realizada uma nova votação neste órgão relativamente a este tema.

Na campanha “Proteção das Pessoas em Movimento” o trabalho da Amnistia Internacional estará centrado na Ásia e Golfo (exploração laboral dos trabalhadores migrantes, especialmente no Qatar, Nepal e Indonésia), América (problemas dos migrantes em trânsito, especialmente no México), Europa (abusos cometidos contra migrantes e requerentes de asilo no contexto da detenção e políticas de controlo de imigração abusivas em países como a Grécia, Itália e Espanha) e em África (trabalho sobre o campo de refugiados de Dadaab no Quénia e lóbi e advocacia pelo restabelecimento dos Somalis e fim do *refoulement* dos mesmos e de outros indivíduos por todo o mundo).

1.2. Contributo de Portugal para as prioridades globais e *portfolios* de campanhas

A nível das prioridades globais, a secção portuguesa irá realizar o trabalho com os meios de comunicação social necessário para as três prioridades. No que diz respeito à prioridade do Tratado sobre Comércio de Armas, a secção irá dar o seu contributo a nível internacional através da sensibilização e do lóbi com a delegação portuguesa do Conselho de Segurança das Nações Unidas e irá cumprir as linhas de Acção internacionais.

A nível dos cinco *portfolios* de campanhas, a secção focará o seu trabalho na campanha “Exija Dignidade”, a nível dos desalojamentos forçados (tendo como países estratégicos Angola e China), direitos sexuais e reprodutivos (tendo a Comunidade de Países de Língua Portugal como zona estratégica), Responsabilidade Social Empresarial (colaboração com o Grupo Local 19/ Sintra da Amnistia Internacional Portugal relativamente aos negócios de Portugal na Guiné Equatorial), assim como a assinatura do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PFPIDESC), tendo a CPLP como zona estratégica. Na campanha “Justiça Internacional” a secção portuguesa fará lóbi para a assinatura e ratificação do Tratado de Roma por parte dos países que ainda não o fizeram. Nas campanhas “Segurança e Direitos Humanos”, “Proteção das Pessoas em Movimento” e “Acção Global para Abolição da Pena de Morte” a secção não terá *inputs* a nível internacional sem ser o trabalho com os meios de comunicação social.

Potenciar a mensagem da AI em quatro momentos catalisadores da atenção pública

Com vista à concretização dos objetivos estratégicos de 2012, foram selecionados quatro pilares que constituem a base do trabalho da AI Portugal para este ano. Esta estratégia visa potenciar o trabalho interdepartamental, tornar a ação da AI mais eficaz e com maior impacto, quer proporcionando a maior visibilidade da organização, maior crescimento em pessoas e a nível financeiro, quer contribuindo de facto para as mudanças que se pretendem ao nível dos Direitos Humanos.

Os temas dos pilares têm em conta as prioridades internacionais (Aniversário da AI e Tratado do Comércio de Armas) mas também as nacionais (Pobreza e EDH).

O conceito subjacente aos quatro pilares visa ainda tornar a comunicação da AI para o público geral e exterior, mais coerente e adequada às prioridades internas, que se traduz na maior articulação interdepartamental no sentido de promover ações com as três componentes essenciais: a angariação de fundos, a ação e a comunicação. Pretende-se assim centrar as ações em 4 grandes momentos no ano, com picos de atividade nos meses de Maio, Julho, Outubro e Dezembro.

Os quatro pilares

- Janeiro-Maio 2012 – Aniversário da AI
- Junho-Julho – Tratado Comércio de Armas
- Agosto-Outubro – Pobreza
- Novembro-Dezembro – Educação para os Direitos Humanos

Um dos países estratégicos para lóbi e advocacia poderá ser Timor. Isto porque em 2012 as Nações Unidas terão de sair do país, mas sempre que existe essa possibilidade, ocorrem incidentes que obrigam a que esta organização continue no terreno. 2012 será, assim, um ano decisivo para Timor e, por causa dos laços entre Portugal e Timor, a secção portuguesa tem o potencial para desenvolver trabalho nesta área.

1.3 - Prioridades de Direitos Humanos em Portugal

Além das prioridades internacionais para as quais contribuiremos, a Secção deve continuar a desenvolver trabalho em áreas onde pode trazer valor acrescentado, nomeadamente:

- Pobreza – potenciando a “participação ativa” das pessoas que vivem em situação de pobreza (um dos eixos estratégicos da campanha “Exija Dignidade”) nomeadamente através de projetos como o PAF – Plataforma de Ação Fotográfica que utiliza a fotografia como meio de inclusão social.

- Também no âmbito da Campanha “Exija Dignidade”, devemos continuar a apostar na promoção da ratificação do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que o Estado português ainda não ratificou, assim como no trabalho sobre a responsabilização empresarial, dinamizando o núcleo de RSE.

Poder-se-á realizar monitorização para as situações de discriminação nas suas várias formas, que ocorram em território nacional, com o objetivo de angariarmos conhecimento e informação sobre as mesmas para que num futuro próximo se possa decidir se haverá capacidade e oportunidade de intervenção da Amnistia.

- Violência doméstica – deve ser continuado o trabalho de prevenção, dando também enfoque à questão da violência no namoro, através da educação para os direitos humanos, assim como continuar a incentivar a denúncia pública. A mutilação genital feminina também deverá ser trabalhada em parceria com a APF (Associação para o Planeamento da Família).

- Educação para os Direitos Humanos (EDH) – É uma área fundamental para a nossa intervenção pois é um trabalho reconhecido publicamente e para o qual somos muito procurados. Tendo isto em mente, mas também o potencial de trabalho em Portugal, seria de apostar numa maior proatividade nesta área, em escolas e universidades, incidindo sobre temas prementes em Portugal como por ex. a discriminação. A EDH pode também ser um meio eficaz para promover a “participação ativa” referida no ponto anterior – para este efeito devemos potenciar os vários contactos com associações de intervenção comunitária que têm sido estabelecidos.

Outra área de intervenção, no âmbito da EDH, deverá ser a da formação externa junto de forças policiais, jornalistas e empresas.

2 – Comunicação

Melhorar e inovar

Na conjuntura de crise que nos envolve é fundamental apostar numa comunicação forte e atenta. É muito importante a resposta ou tomada de posição sobre assuntos de direitos humanos que não sejam só sobre os que emanam do Secretariado Internacional. Só com uma intervenção atenta sobre assuntos nacionais e internacionais motivaremos os atuais e potenciais membros e apoiantes.

Visibilidade

Continuaremos a apostar na inovação na forma de chegar a novos públicos prosseguindo a aposta nas campanhas publicitárias em cooperação com agências de publicidade, quer sejam nas existentes ou em novas que procuremos.

Fidelização

Tal como referido nos planos anteriores, a fidelização é uma estratégia essencial no sentido de manter os nossos apoiantes e membros conosco. Têm sido realizadas diversas ações neste sentido: elaboração de um Kit de boas vindas; mais cuidado e ênfase no agradecimento ao apoio; e a preocupação de uma comunicação mais estreita e personalizada: com a reformulação das *newsletters*, a produção de um novo site e a aplicação do primeiro inquérito de satisfação.

O *kit* de boas vindas será revisto no sentido de atualizar o seu conteúdo (nomeadamente ao nível dos órgãos sociais, perguntas frequentes e estatutos).

Haverá aposta na motivação dos membros no sentido de os fazer participar não só nas atividades da secção, mas também através da participação nas petições promovidas pela sede. Um dos primeiros passos poderá ser a criação de uma agenda de eventos no nosso site.

Maximizar o uso das redes sociais

Será uma aposta neste ano de 2012. Ainda não fazemos uso de toda a potencialidade das redes sociais: *Facebook, Twitter*.

Desenvolvimento Digital

Será a grande aposta de 2012. Quando o novo site foi colocado no ar não teve tanto impacto como seria de esperar, por isso um dos primeiros passos será fazer o relançamento do mesmo.

O desenvolvimento digital trará mais pessoas a interagirem com a AI Portugal o que irá influenciar o fluxo de trabalho dentro dos departamentos e entre os departamentos. Em 2012 estará completo o estudo sobre o fluxo de trabalho que permitirá a cada elemento do staff perceber o seu papel e de forma pode trabalhar estas novas pessoas. O nosso objetivo é ter mais pessoas a colaborar e participar na ação da Amnistia, mas também a contribuir financeiramente.

Mais pessoas no departamento

É fundamental ter mais pessoas no departamento. Como há uma preocupação quanto à contratação de funcionários novos para o quadro, serão tentadas novas abordagens nomeadamente estágios profissionais (embora a legislação tenha sido alterada passando a obrigatoriedade de uma remuneração), ou recurso a trabalho externo na área de Comunicação/Imprensa.

3 – Ativismo e Voluntariado

O desenvolvimento do ativismo individual e de estruturas é fundamental no contexto global do plano de 2012. Se queremos ser mais eficazes e maximizar os efeitos das 4 grandes ações anuais, teremos que contribuir para preparar os ativistas de base a assegurarem o trabalho das ações de menor dimensão, mas que assumem uma importância vital para manter a regularidade do trabalho da AI e assegurar a visibilidade local. Nesse sentido, será fundamental continuar a investir no que tem vindo a ser feito, com vista a obter o retrato real das estruturas que temos hoje. Este retrato permitirá perceber qual o caminho para potenciar e apoiar o trabalho das estruturas existentes, mas também tomar a difícil decisão de fechar aquelas que não funcionam. Apostar-se-á ainda na consolidação dos objetivos estratégicos definidos em planos anteriores, nomeadamente: a uniformização da imagem à luz do “*One Amnesty*”, de que a harmonização na identificação e grafismo são exemplos; a dinamização, promovendo mais e melhor ativismo em concertação com o plano de ação e o apoio da secção a nível financeiro às atividades das estruturas, através da atribuição de 1% do orçamento da secção, da produção de materiais, de mais formação e potenciando o Encontro de Estruturas.

O ativismo individual tem uma forte componente neste plano, em particular através do chamado Desenvolvimento Digital, que pretende incentivar o ativismo *on-line* e criar uma relação de interatividade com todos os utilizadores do site, potenciando a participação em apelos e petições, mas também oferecendo em cada momento de interação as várias opções de apoio à Amnistia: tornar-se membro, dar donativo, comprar na loja, ser voluntário. Também as redes sociais serão uma aposta para aumentar o ativismo virtual.

A integração mais eficaz dos voluntários continuará a ser uma prioridade e poderá ser melhorada com um processo de formação mais regular e próxima dos voluntários (recorrendo, entre outros, ao sistema de *e-learning* previsto no processo de desenvolvimento digital e/ou através dos grupos locais que se manifestem disponíveis para dar formação e garantir uma melhor integração dos ativistas nas estruturas).

Seguindo as recomendações do OSSA de 2011, apostaremos na formação interna de ativistas organizados ou individuais, na formação de formadores e na formação avançada no sentido de formar novos quadros dirigentes.

4 – Crescimento

Tal como em 2011, no ano de 2012 deparamo-nos com vários fatores de extrema importância para a definição das prioridades na área de angariação de fundos e crescimento da Amnistia Internacional Portugal, como são a crise económica em que o país se encontra atualmente, que tem resultado num aumento nas desistências de membros e apoiantes, mas também o consequente aumento de despesas internas da secção (inflação e IVA).

Em 2012, pretendemos enfrentar todos os “obstáculos”, transformando-os em oportunidades para melhorarmos o nosso impacto, mensagem e imagem, tornando mais eficaz o nosso trabalho. Apresentamos as principais estratégias na área do crescimento da AI Portugal para 2012:

- Aumentar o número de apoiantes e membros/ ativismo:

- Potenciar os contactos e pessoas que têm uma relação ainda passiva com a secção, ou seja, contactos de eventos, petições ou outros interessados na AI, mas que podem ser envolvidos de modo mais profundo, quer ao nível do ativismo quer ao nível financeiro;
- Iniciar o projeto de telemarketing, com colaboradores em regime temporário, tal como acontece nos moldes do projeto “Face to Face”;
- Tal como referido anteriormente, a melhoria nos processos e fluxo de trabalho do *staff*, e meios de comunicação internos e externos, contribuirão para uma comunicação e captação mais eficaz dos interesses e ação;
- Inovar e apostar na dinamização dos métodos do projeto “Face to Face”.

- Métodos de angariação de fundos já existentes: tendo em conta a fase de crise económica que vivemos, as estratégias de angariação de fundos deverão continuar a incidir:

- No projeto “Face to Face” e a captação de novos ativistas/ doadores individuais, sendo a mais importante forma de angariação de fundos da AI Portugal, onde já possuímos a experiência de quase 7 anos;
- No método “dar sem dar”, como é o caso da consignação do IRS, ação dos pontos TMN, e outras já dinamizadas que não implicam donativo direto, mas resultam em apoio financeiro à secção;
- Em ações com empresas (com quem faça sentido associarmo-nos, como aconteceu com o Montepio e a Women’Secret) que poderão ser ótimos parceiros para patrocínios de projetos e angariação de fundos;
- Em potenciar o novo site: loja, meio de divulgação de novas formas de angariação de fundos, inscrição de doadores e membros
- Manter e explorar: testes como *downgrade* e *upgrade* (sugestão de redução ou aumento de donativo, como forma de fidelizar os apoiantes); festas de angariação de fundos; reciclagem de telemóveis e tinteiros, e muitos outros;

- Inovar, crescendo: aprender com outras organizações, secções da Amnistia, parceiros ou mesmo testar novas ideias e formas de angariação de fundos, com poucos riscos e garantias de sucesso para a secção.

Para todo este trabalho é essencial cruzar as áreas de trabalho entre departamentos, potenciar a visibilidade e impacto da secção, referido ao nível da comunicação e usufruir da grande vantagem que é pertencer a uma ONG internacional, com grande experiência nestas áreas e projetos.